Apresentação pública do projeto «Hemeroteca Digital do Algarve»

(Fundação Manuel Viegas Guerreiro, 8 de dezembro 2019)

Intervenção da Secretária de Estado da Inovação e da Modernização Administrativa

Em primeiro lugar, começo por agradecer tão amável convite para estar presente nesta iniciativa que assinala a concretização de um projeto do Orçamento Participativo Portugal.

Um projeto que conjuga elementos que são particularmente caros ao governo, pois traduz o trabalho de pessoas, que concretizam projetos de forma colaborativa entre várias entidades, fazendo uma utilização inteligente da tecnologia para trazer conhecimento para perto de todos. Pessoas, Gestão, Tecnologia, Proximidade, as traves mestras da estratégia de intervenção da área governativa da Modernização do Estado e da Administração Pública.

O Orçamento Participativo Portugal é uma aposta que resultou do programa do anterior Governo, mas que vem reforçado no Programa do XXII Governo Constitucional, com o compromisso de avaliar as iniciativas até aqui desenvolvidas, procedendo o seu relançamento em moldes renovados.

Os instrumentos de participação dos cidadãos são fundamentais para contrariar o crescimento de movimentos populistas que propagandeiam o retrocesso dos direitos políticos e liberdades civis. O reforço da participação dos cidadãos nas decisões políticas surge como um garante da democracia, que não se pode esgotar no momento do voto.

Durante décadas, o Estado descurou a sua relação com os cidadãos contribuindo para o aumento do fosso existente entre ambos e tendo como resultado o baixo nível de confiança que as pessoas depositam nas instituições públicas em geral.

E o problema do distanciamento entre os cidadãos e o Estado persiste. Ilustrando, a título de exemplo, com um estudo realizado pela OCDE em 2018 (“Risks that matter”), foram inquiridos 21.000 cidadãos de 21 países e concluiu-se que 60% dizem que o governo do seu país não incorpora a visão das pessoas ao elaborar políticas sociais. É algo que nos deve fazer pensar.

Com o objetivo de travar esta tendência, alguns governos procuraram e procuram implementar instrumentos de participação cívica.

Portugal foi pioneiro ao lançar, em 2017, a 1ª edição do Orçamento Participativo Portugal (OPP). Estiveram em votação perto de 600 propostas, entre as quais 38 projetos que recolheram a maioria dos cerca de 80 mil votos. A Hemeroteca Digital do Algarve é um destes projetos de 2017, que contou com mais de 700 votos. Na segunda edição do OPP, em 2018, a participação aumentou significativamente, registando-se perto de 200.000 votos.

Antes da iniciativa do Governo, já vários municípios tinham avançado com iniciativas participativas a nível local. Fruto desta adesão, Portugal é hoje, à escala europeia, o segundo país com mais orçamentos participativos (cerca de 1700), apenas ultrapassado pela Polónia.

A Administração Central poderá, de resto, aprender com algumas iniciativas locais, que têm sido reconhecidas como boas práticas a nível nacional e internacional, sendo evidente a relevância da colaboração dos municípios para o desenvolvimento de novos instrumentos de participação democrática dos cidadãos, pois os cidadãos tendem a participar mais quando têm a perspetiva de poder contribuir para a resolução de problemas que afetam as suas comunidades.

Os processos de participação pública recordam os cidadãos do seu poder – e da sua responsabilidade - na gestão da coisa pública. Há muito que aprendemos que a democracia representativa não esgota a expressão democrática do poder nas comunidades, nos países. Reforçar os processos participativos significa não só ter acesso a mais informação para suportar melhores decisões, mas também envolver diretamente os cidadãos nas próprias decisões. Estes vários mecanismos correspondem a diferentes níveis de participação e de empoderamento dos cidadãos. E o Estado deve assumi-los como expressão de uma democracia moderna, transparente, aberta e próxima das pessoas.

O nosso maior desafio será evoluir para um conceito mais amplo de democracia participativa, em que os processos participativos sejam um instrumento de procura de respostas aos problemas, sobretudo quando representam um envolvimento profundo dos cidadãos, desde o diagnóstico de um problema ou necessidade, ao desenho das medidas e à sua implementação e avaliação.

A iniciativa que hoje nos reúne, espelha o que de melhor representa a participação: o resultado de uma ideia, apresentada a votação no âmbito do Orçamento Participativo de Portugal de 2017, que mereceu os votos dos cidadãos nas áreas que despertam os seus maiores interesses na comunidade, no caso presente, a área da Cultura, com o reforço da identidade de toda uma região. Espelha o poder da participação quando os cidadãos reconhecem o poder transformador da sua intervenção nas suas comunidades.

Tenhamos todos a capacidade de reflexão e concretização para encontrar os mecanismos de participação com significado para as pessoas. Mecanismos que façam as pessoas sair de casa para participar ou que possam usar em casa. Mas que garantam sempre que a participação se faz no contexto de uma reflexão coletiva sobre o interesse da comunidade e o contributo que os projetos em concreto representam na construção de uma sociedade na qual queremos viver, num mundo em que nos revemos e que queremos deixar às gerações vindouras.

Bem hajam, e continuemos todos a trabalhar para contribuir para uma democracia viva, responsável e duradoura.

Muito obrigada